

21.12.2016 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Sociedade Portuguesa de Cardiologia (SPC)

Recebida por: Deputadas Laura Magalhães (PSD) e Ana Virgínia Pereira (PCP)

Assunto: A prevalência da morte súbita em Portugal e os meios a adotar para consciencializar a sociedade civil em geral e os meios políticos em particular

Exposição: A Senhora Deputada Laura Magalhães (PSD), que presidiu à reunião, cumprimentou os representantes da Sociedade Portuguesa de Cardiologia, Dr.^{as} Regina Ribeiras e Margarida Mota Jorge e Drs. Miguel Mendes e Daniel Ferreira, explicou a metodologia dos trabalhos, indicou a grelha de tempos da reunião e de seguida deu a palavra ao Dr. Miguel Mendes para fazer a sua intervenção inicial.

Miguel Mendes, Presidente em exercício da Sociedade Portuguesa de Cardiologia, começou por referir que a SPC apresentou um pedido de audiência à Comissão de Educação e Ciência para apresentar aos Senhores Deputados a sua perspetiva quer quanto aos meios a adotar para consciencializar a sociedade civil em geral e os meios políticos em particular para a prevalência da morte súbita em Portugal quer quanto ao ensino do suporte básico de vida nas escolas. Defende a SPC que todos devem ser treinados para salvar vidas, a não virar costas em situações de emergência médica que podem surgir nos lugares mais inusitados e nos momentos mais inesperados, socorro esse que podia salvar 2000 a 3000 pessoas por ano. Para esse efeito torna-se necessário ensinar as crianças e jovens em idade escolar a fazer manobras de ressuscitação, de reanimação cardiovascular.

Disse também que já existe legislação nacional sobre o ensino do suporte básico de vida nas escolas, integrado na disciplina do 9.º ano de Ciências Naturais com um programa relativamente extenso a ser ministrado em 5 ou 6 aulas, e um protocolo celebrado entre o INEM e a Direção-Geral de Educação para que seja possível dar cumprimento a essa tarefa. Apesar disso, a SPC constata que há uma enorme distância entre aquilo que é previsto ser organizado e aquilo que efetivamente está a ser feito na medida em que o INEM não dispõe de meios para assumir toda a responsabilidade que lhe foi confiada.

Nesse sentido, a SPC propõe que:

- Seja melhorado e reformulado o protocolo celebrado entre o INEM e a Direção-Geral de Educação;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

- Seja dada formação de técnicas de ressuscitação;
- Para além dos professores de Ciências e Biologia, que já têm competência para ministrar a parte teórica, devem ser envolvidos outros docentes, como os de Educação Física, para que possam tornar-se formadores da parte prática de suporte básico de vida;
- Seja alargado o leque das entidades envolvidas no programa, designadamente os bombeiros e a Escola da Cruz Vermelha, ficando o INEM com a responsabilidade pela prática dessa formação e como entidade reguladora e auditora de tudo o que for sendo feito;
- Sejam definidos critérios uniformes quanto à matéria a ser ministrada e aos manuais a utilizar;
- Exista uma rede de desfibriladores automáticos externos (DAE) e o ensino das técnicas da sua utilização;
- Exista uma recertificação da formação de dois em dois anos, a ser ministrada no 9.º ano, no 11.º ano e no 1.º ano do ensino universitário.

Interveio de seguida a Senhora Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP), que saudou os membros da SPC, associando-se às preocupações manifestadas, e referiu que o Grupo Parlamentar do PCP já tinha apresentado uma pergunta ao Ministérios da Educação e da Saúde para tentar apurar se o Governo estava disponível para estudar, definir e implementar uma estratégia nacional de reanimação cardiorrespiratória. Sublinhou que a SPC poderá contar com o apoio do seu grupo parlamentar nesta nobre tarefa de ajudar a salvar vidas humanas.

Relativamente à necessidade de recertificação de que falou o Senhor Presidente da SPC, a Senhora Deputada Laura Magalhães (PSD) perguntou se depois do 9.º ano a recertificação proposta é para ser ministrada apenas aos alunos que enveredarem pela área das ciências ou se a todos os outros e se a mesma deveria ser dada pelos professores de Educação Física ou se em colaboração com os professores da disciplina de Biologia.

Na sequência das questões colocadas e das observações feitas, os representantes da SPC responderam às questões colocadas.

A gravação da audiência está disponível na [página da Comissão na internet](#).

Palácio de São Bento, 21 de dezembro de 2016

A assessora

Inês Maia Cadete